



Ana Loya
Administradora da Ray Human
Capital

Embora não pareça vem aí a Primavera. Em Março, todos os anos, o sol faz o seu papel e, sem interferência nossa, a Primavera começa. Fevereiro, por seu lado, para além de manifestações extremas da natureza, caracterizou-se por uma intensa actividade humana, na minha opinião, de um nível muito duvidoso. Nunca gostei do Carnaval e, este ano, o Carnaval está a durar tempo demasiado! Estamos rodeados por piadas de mau gosto e, não fora a necessidade de saber em que mundo me encontro, deixaria de me manter informada – está

em causa uma possível depressão! Na realidade, não creio que ninguém esteja muito informado visto que recebemos apenas a informação que nos chega. Relativamente à função pública em Portugal – nome excessivamente amplo para uma imensa variedade de profissionais e de intervenções –, muito se tem falado todos os anos. Orwell e o seu “Big Brother” poderia ter tido vários *remakes* – talvez numa *joint venture* com Kafka – se tivesse recolhido inspiração na temática da função pública em Portugal. Parece que, nesta legislatura, o Governo reduziu bastante o quadro da função pública (cerca de 63 mil). Não sei se chegaram para compensar as inúmeras nomeações e secretarias de secretarias de Estado que se criaram. Em

termos de gestão de recursos humanos coloca-se a questão-chave: de quem prescindimos? Quem escolhemos para ficar? Como os escolhemos?

De facto, a gestão das pessoas no Estado (e volto a lembrar que o digo num modo muito amplo, dado que cabem aqui uma miríade diferente de instituições) é o exemplo de uma política desastrosa de gestão de recursos humanos. Não estão identificadas as necessidades nem as competências (temos todos opinião e uma vaga ideia, mas de facto não estão identificadas) e, apesar de estarem identificadas as áreas inúteis e pesadas, não existe vontade dos parceiros sociais para resolver esse problema.

Estarão aqui subjacentes questões de tesouraria, de política, mas na minha modesta opinião, nenhuma relacionada com a economia ou com a gestão de pessoas – se numa organização privada existe uma relação directa entre estes dois vectores, o que dizer de uma organização estatal de um país?

Na continuação do Carnaval, enquanto todos queremos ver esclarecidas questões que todos já compreendemos, o país arrasta-se, as empresas sangram e sofrem, as pessoas fazem contas à vida e, com PEC ou sem PEC, ainda não percebi qual a luz ao fundo do túnel para os milhares de desempregados. O Estado não gere pessoas. Quem gere é quem governa. E se o faz bem ou mal, decide-se com os resultados.

Porquê este e não o outro?